

Difícilmente, neste pouco tempo que resta ao governo Sarney, o Brasil conseguirá algum acordo com os credores internacionais e em particular com as agências multilaterais de crédito. Da mesma forma que aconteceu no final do governo Figueiredo, nossos credores preferem esperar a eleição e posse do novo governo para daí então reiniciar conversações em busca de um novo acordo ou solução para o problema da dívida.

A posição dos credores inegavelmente segue uma lógica quase que irrefutável e pelo exemplo anterior já consolidada. Esta se explica pela ruptura política que se dará com a futura eleição. A exemplo de Tancredo — que sucedeu a Figueiredo —, é certo que seja quem for o escolhido pelo povo brasileiro para o lugar de José Sarney mudará o sentido da negociação externa até agora praticada pelo governo que se finda.

Assim sendo, a lógica do credor é se perguntar: para que arriscar? Da mesma forma, os governos dos países centrais nada têm a ganhar forçando ou mesmo colaborando agora para um acordo com o Brasil. A lógica destes também é muito simples. Imaginemos que o

A profilaxia da quarentena

governo brasileiro, com a colaboração de outros países, chegasse a um novo trato sobre a dívida externa neste momento — o que não seria difícil pela prática de seus negociadores até agora — e este trato não fosse bom para a Nação.

Evidentemente, os governos centrais começariam com um contencioso difícil com o novo governo democrático brasileiro, o que poderia até acarretar posições radicais deste em relação àqueles. Da mesma forma, imaginemos que este acordo fosse excepcional, ora daí que nenhum dividendo seria colhido pelos países credores em relação ao novo governo brasileiro e a diplomacia, bem como a política, não se permite a estes desperdícios.

Por outro lado, além do problema político o governo brasileiro oferece um péssimo antecedente para neste momento pleitear um acordo, mesmo que de emergência. E isto positivamente não ocorre apenas pelos desastres

internos do governo Sarney, mas também e principalmente pela ciclotimia empregada em nossas negociações externas. Esta deixa a impossível tarefa, mesmo para o mais apto dos estudiosos do assunto, de identificar o mais tênue nexos entre as várias mudanças de nosso comportamento no tratamento do problema da dívida externa.

Vista por esse lado, a discussão mesmo acaba por se tornar acadiana, pois que poderíamos até levantar a hipótese de que se algum sentido existisse na incompreensível tática negocial brasileira hoje certamente seria mais fácil encontrar um acordo com os credores. Mas se assim o fora, é mais provável que neste momento não estivéssemos tão sedentos para este acordo e muito menos flertando com uma acanhada moratória que já se faz presente com a centralização do câmbio por nós decidida, além do considerável atraso que já se verifica em nossos pagamentos.

O presidente José Sarney declarou, duran-

te os festejos da Revolução Francesa, que para o jejum negocial a que estamos submetidos pelos nossos credores deixa o remédio da proteção de nossas reservas para que então o novo governo possa negociar em condições favoráveis um acordo e uma possível solução para o problema. Parece mesmo que o novo mandatário do País encontrará confortáveis reservas conquistadas pelo seu antecessor.

É fato que, pelo menos por ora, nossas parcas reservas estão protegidas. Mas também é fato que o futuro eleito herdará, mais que a possibilidade aludida na França, também os frutos de uma política externa desastrosa e os rombos de um acordo anterior feito sem parâmetros palpáveis e lesivo aos interesses nacionais. Impõem-nos nossos credores uma quarentena, e embora com ela não concordemos, por não ser esta uma prática saudável entre nações livres, não podemos ignorar que por mais anos do que nossas lembranças guardam esta tem sido a profilaxia recomendada aos que padecem de moléstias contagiosas. O que nos alenta é que, apesar de nos encontrarmos enfermos, sabemos que para nós a cura pode estar próxima.